Jornal
O MACUCO

Macuco, 17 a 24 de janeiro de 2024 - ANO XXVI- EDIÇÃO Nº 620 - PERIODICIDADE SEMANAL

"Até aqui nos ajudou o Senhor".
1 Samuel 7:12

Dengue: combate aos criadouros do mosquito Aedes Aegypti segue como principal forma de prevenção da doença

Foto: Internet

O Ministério da Saúde monitora o cenário epidemiológico da dengue no Brasil. Para este ano, é esperado um aumento no número de casos. Dessa forma, desde 2023, a pasta tem atuado no combate ao mosquito Aedes Aegypti, na vigilância epidemiológica das arboviroses e na prevenção da dengue em todo o país. Febre, dor no corpo e articulações estão entre os sintomas mais comuns da doença.

Confira as dúvidas mais recorrentes e saiba como se prevenir.

1 - Quais são os principais sintomas da dengue?
Febre alta (acima de 38°C), dor no corpo e articulações, dor atrás dos olhos, mal-estar, falta de apetite, dor de cabeça e manchas vermelhas no corpo são os sintomas mais comuns. No entanto, a infecção por dengue também pode ser assintomática ou apresentar quadros leves.

2 - O que devo fazer se estiver com suspeita de dengue?
Nestes casos, é indicado buscar a unidade de saúde mais próxima para garantir uma avaliação do quadro e orientação para tratamento adequado dos sinais e sintomas apresentados.
3 – O que o Ministério da Saúde faz para combater a doença?

Para apoiar estados e municípios nas ações de controle da doença, o Ministério da Saúde repassou R$ 256 milhões para todo o país. Também foi criada a Sala Nacional de Arboviroses, que monitora 24 horas por dia e 7 dias por semana os dados regionais para responder prontamente aos sinais de alerta, como alta desproporcional no número de casos. Além disso, foram capacitados profissionais (agentes de combate a endemias) e foi regularizado o estoque de inseticidas, com distribuição periódica para todo país. Por fim, está em expansão o uso do método Wolbachia, que bloqueia no mosquito a capacidade de transmissão do vírus da dengue.

Sancionado o orçamento estadual do ano de 2024

Foto: Internet

A Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2024 - Lei 10.277/24 - foi sancionada pelo governador Cláudio Castro e publicada no Diário Oficial do Executivo desta quarta-feira (10/01). A previsão é de receita líquida de 104,6 bilhões e despesas de R$ 113,1 bilhões, com um déficit de R$ 8,5 bilhões. O governo também sancionou o Plano Plurianual (PPA) 2024-27 - Lei 10.276/24. O plano é um planejamento estratégico governamental, de médio prazo, para direcionar as metas e ações estatais.

De acordo com a LOA, as despesas de R$ 113,1 bilhões serão divididas majoritariamente entre a Segurança Pública, com 17,9 bilhões; Saúde, com R$ 10,8 bilhões; e Educação, com R$ 9,9 bilhões. A área de Transportes tem despesa fixada em R$ 2,7 bilhões e a Assistência Social, R$ 1,1 bilhão. As despesas com Previdência Social para 2024 estão previstas em R$ 29,5 bilhões. Com relação aos outros Poderes, Alerj e Tribunal de Contas do Estado têm previsão de despesa de R$ 2,9 bilhões e o Judiciário de R$ 8,3 bilhões. Já a Defensoria Pública e o Ministério Público juntos têm previsão de R$ 5,2 bilhões.

Página 02

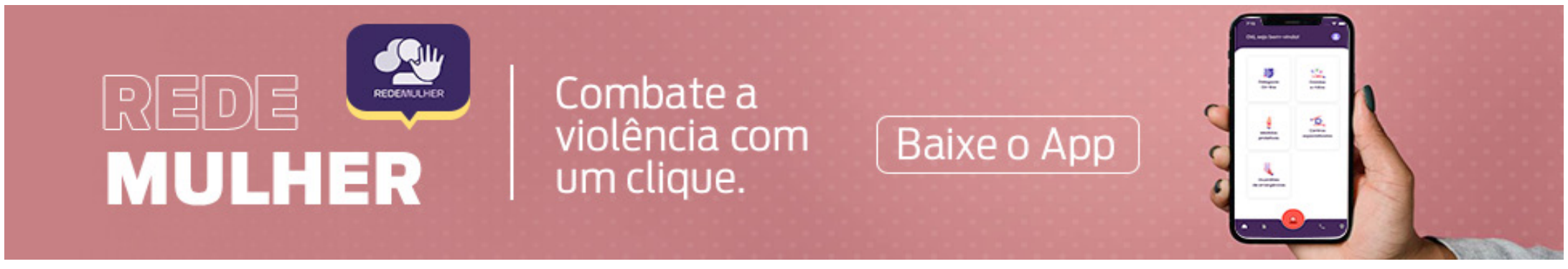
Novos Conselheiros Tutelares em atividade

Desafios com responsabilidade e compromisso

Foto: Divulgação

Novos conselheiros de Macuco - Cristina Miranda Campos Silva, Débora Nestor Estanislau, Maicon Pires Fernandes, Sandy Zaniboni Gaspar Ferreira e Júlia Tavares Daflon.

Página 02.



BALANÇO FINANCEIRO

Município: Bom Jardim
Estado: Estado do Rio de Janeiro
Período: 01/12/2023 até 31/12/2023
Unidade Gestora: 0003 - INST. PREV. SERV. PÚBLICOS BOM PREVI

INGRESSOS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)		**4.845.035,70**	**27.989.959,32**
Ordinária		**0,00**	**0,00**
Vinculada		**4.845.035,70**	**27.989.959,32**
Recursos Destinados à Previdência Social - RPPS		4.845.035,70	27.989.959,32
Transferências Financeiras Recebidas (II)		**18.777,64**	**1.634.458,10**
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		299,10	2.710,56
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	1.631.747,54
Transferencias Recebidas para Aportes de Recursos para o RPPS		18.478,54	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)		**1.087.385,35**	**95.027.565,27**
Despesa a Liquidar		9.832,01	38.618,96
Despesa a Pagar		0,00	285,60
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		275.129,69	2.604.726,99
Outros Recebimentos Extraorçamentários		802.423,65	92.383.933,72
Saldo do Período Anterior		**54.401.204,41**	**10,45**
Caixa e Equivalentes de Caixa		54.401.204,41	10,45
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		**60.352.403,10**	**124.651.993,14**

DISPÊNDIOS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Despesa Orçamentária (VI)		**1.703.071,60**	**19.103.607,34**
Ordinária		**299,10**	**2.710,56**
Vinculada		**1.702.772,50**	**19.100.896,78**
Recursos Destinados à Previdência Social - RPPS		1.702.772,50	19.100.896,78
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		**0,00**	**0,00**
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		**380.021,27**	**105.354.133,66**
Despesa Anterior Paga		28.499,77	0,00
Pagamento de Restos a Pagar Não Processados		0,00	18.229,63
Pagamento de Restos a Pagar Processados		0,00	473,72
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		318.490,97	2.604,074,64
Outros Pagamentos Extraorçamentários		33.030,53	102.731.355,67
Saldo do Período Atual		**58.269.310,23**	**194.252,14**
Caixa e Equivalentes de Caixa		58.269.310,23	194.252,14
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		**60.352.403,10**	**124.651.993,14**

Exercício Atual

ESPECIFICAÇÃO	Receita Orçamentária (a)	Deduções da Receita Orçamentária (b)	Saldo (c) = (a - b)
Ordinária	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Vinculada	**4.845.035,70**	**0,00**	**4.845.035,70**
Recursos Destinados à Previdência Social - RPPS	4.845.035,70	0,00	4.845.035,70
TOTAL	**4.845.035,70**	**0,00**	**4.845.035,70**

Exercício Anterior

ESPECIFICAÇÃO	Receita Orçamentária (d)	Deduções da Receita Orçamentária (e)	Saldo (f) = (d – e)
Ordinária	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Vinculada	**27.989.959,32**	**0,00**	**27.989.959,32**
Recursos Destinados à Previdência Social - RPPS	27.989.959,32	**0,00**	27.989.959,32
TOTAL	**27.989.959,32**	**0,00**	**27.989.959,32**

Página 1

MAYRA DA SILVA JACOB VEIGA
TÉCNICO EM CONTABILIDADE
MAT.: 12/3797-SMF
CRC/RJ: 085864/O-5

RAUL DE ABREU BEZERRA
DIRETOR PRESIDENTE
MAT.: 10/6221-BOMPREVI

Jornal O Macuco, Edição nº 620, 17 a 24 de janeiro de 2024, página 02

SANCIONADO O ORÇAMENTO DO ESTADO DE 2024

A Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2024 - Lei 10.277/24 - foi sancionada pelo governador Cláudio Castro e publicada no Diário Oficial do Executivo desta quarta-feira (10/01). A previsão é de receita líquida de 104,6 bilhões e despesas de R$ 113,1 bilhões, com um déficit de R$ 8,5 bilhões. O governo também sancionou o Plano Plurianual (PPA) 2024-27 - Lei 10.276/24. O plano é um planejamento estratégico governamental, de médio prazo, para direcionar as metas e ações estatais.

De acordo com a LOA, as despesas de R$ 113,1 bilhões serão divididas majoritariamente entre a Segurança Pública, com 17,9 bilhões; Saúde, com R$ 10,8 bilhões; e Educação, com R$ 9,9 bilhões. A área de Transportes tem despesa fixada em R$ 2,7 bilhões e a Assistência Social, R$ 1,1 bilhão. As despesas com Previdência Social para 2024 estão previstas em R$ 29,5 bilhões. Com relação aos outros Poderes, Alerj e Tribunal de Contas do Estado têm previsão de despesa de R$ 2,9 bilhões e o Judiciário de R$ 8,3 bilhões. Já a Defensoria Pública e o Ministério Público juntos têm previsão de R$ 5,2 bilhões.

Emendas impositivas

A novidade do orçamento fluminense deste ano foi a inclusão de emendas individuais impositivas, após aprovação da Emenda Constitucional 97/23. A medida permitiu que os deputados fluminenses incluíssem despesas obrigatórias ao orçamento estadual. A emenda foi defendida por parlamentares de todos os espectros políticos. A principal justificativa dos deputados é que eles têm acesso a realidades específicas da população, de acordo com as localidades em que atuam e dos temas que mais trabalham. Para o orçamento de 2024, cada parlamentar teve disponível aproximadamente R$ 2,7 milhões.

Cada parlamentar tem autonomia para elaborar suas emendas. O deputado Chico Machado (SDD), por exemplo, tem atuação no Norte Fluminense e elaborou emendas para a melhoria da infraestrutura, como construção de novas rodovias e ampliação do saneamento básico no interior do estado. “As nossas emendas refletem um compromisso sólido com o desenvolvimento abrangente do interior do nosso estado. Estamos focados na implantação e restauração de rodovias, promovendo uma mobilidade eficiente através de ciclovias e rodoviárias. Priorizamos também o saneamento, visando o tratamento adequado de água e esgoto. Também criamos emendas de apoio à agricultura, que é uma pauta prioritária para fortalecer o Norte e Noroeste Fluminense”, afirmou.

Líder do Governo na Alerj, Dr. Serginho (PL) explicou que a medida não gera aumento de gastos. “Dentro daquilo que está determinado no orçamento, o deputado tem a sua liberdade de aplicar esse recurso em obras de infraestrutura, então não há nada que fuja à regra daquilo que já está explícito no orçamento, não é um aumento de gastos. Na verdade, trata-se do deputado podendo destinar receitas para a sua base. Ninguém melhor que o parlamentar para conhecer a realidade do seu local", explicou.

Vetos

A lei foi sancionada com vetos a 18 trechos do texto aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj). Todos os vetos recaíram sobre emendas elaboradas pelos parlamentares ao texto original enviado pelo Executivo. A Comissão de Orçamento da Casa havia aprovado e incorporado 3.033 emendas parlamentares, o equivalente a 98,06%. O Parlamento Fluminense ainda poderá derrubar os vetos do governador em votação no plenário.

Cláudio Castro justificou os vetos de acordo com o Princípio Orçamentário da Exclusividade, que afasta a possibilidade de a LOA conter dispositivo estranho à previsão de receita e à fixação de despesas, conforme consta na Constituição Federal. O governador também declarou que alguns artigos feriam o Princípio da Separação dos Poderes, ao ingressar na seara da autonomia administrativa do Poder Executivo.

Entre os artigos vetados se destacam o que determinava que o Executivo realizasse esforços junto ao Congresso Nacional e ao Governo Federal para que fosse alterada a metodologia de cálculo do pagamento da dívida fluminense com a União e o que garantia no orçamento estadual a revisão integral de todos os incentivos fiscais concedidos nos últimos dez anos. “Esta medida é inexequível, considerando a magnitude do esforço necessário para conclusão da revisão integral de todos os incentivos fiscais, e supondo-se que o comando deveria se aplicar já à lei orçamentária de 2025”, justificou Castro.

Quanto aos incentivos fiscais, ainda foi vetado o artigo que obrigava a Secretaria de Estado de Fazenda (Sefaz) a realizar estudos para a adoção de medidas de redução do montante de renúncias fiscais concedidas pelo Estado do Rio, com o fim de aumentar a arrecadação tributária. Ainda sobre a legislação tributária foi vetado o artigo que autorizava renúncia fiscal para intensificar a produção cultural e a realização de atividades esportivas por meio de doação ou patrocínio, além de incentivos fiscais para compra de mercadorias ou artigos para uso pessoal por turistas internacionais não residentes no Brasil.

PPA

Já o PPA 2024-27 foi sancionado na sua integralidade. O plano está dividido em 37 programas, 195 iniciativas e 1.052 produtos. A meta financeira de utilização de recursos na Educação Superior é de R$ 4,9 bilhões entre 2024 e 2027. Já na Educação Básica é de R$ 5,8 bilhões. Com relação à prevenção à violência e combate à criminalidade estão previstos investimentos de R$ 2,1 bilhões. Para a redução de riscos e recuperação em desastres e emergências são previstos R$ 3,2 bilhões.

Expediente: Jornal O Macuco

Editora e jornalista diplomada responsável:Elisangela de Paiva Mtb/RJ: 32231
Assessora Jurídica: Valéria Anunciação de Melo -OAB/RJ 144.100
Colaboradores: Noemi Laje, Iesa de Paiva, Thiago Dias
Endereço:Rua: Jorge Abi-Ramia, 129, bairro: Nova Macuco, Macuco-RJ Cep: 28545000

ERRATA - NA EDIÇÃO DE NÚMERO 619, NO CABEÇALHO DAS PÁGINAS 2,3, E 4, ONDE SE LÊ: MACUCO, 01 A 09 DE JANEIRO DE 2023, LEIA-SE: MACUCO, 01 A 09 DE JANEIRO DE 2024.

E NO RODAPÉ DA PUBLICAÇÃO OFICIAL DO TERMO DE RATIFICAÇÃO, EXTRATO DE CONTRATO E TERMO ADITIVO DO BOM PREVI, ONDE SE LÊ: JORNAL O MACUCO, EDIÇÃO Nº619, 01 A 09 DE JANEIRO DE 2023, LEIA-SE : JORNAL O MACUCO, EDIÇÃO Nº619, 01 A 09 DE JANEIRO DE 2024.

Novos Conselheiros Tutelares já estão em atividade

Desafios com responsabilidade e compromisso

Texto/legendas: Ricardo Vieira
Fotos: Rodrigo Cuco / Wesley Marques

Celebração e compromisso na Posse do Novo Conselho Tutelar. Novos conselheiros – Débora Nestor Estanislau ,Sandy Zaniboni Gaspar Ferreira, Júlia Tavares Daflon, Maicon Pires Fernandes e Cristina Miranda Campos Silva,

Mais um evento de grandes proporções realizado na última quarta-feira, 10 de janeiro, no Auditório Francisco Dornelles, no Rural Park, em Macuco. Autoridades e populares testemunharam a Cerimônia de Posse do Conselho Tutelar, cujos novos membros foram eleitos em outubro de 2023. Em uma noite festiva, a comunidade macuquense demonstrou seu apoio e ratificou sua participação ativa em todo o processo de escolha dos conselheiros, destacando o comprometimento com as responsabilidades do Conselho Tutelar na defesa dos direitos das crianças e adolescentes da cidade.

Durante o ato solene, a Mesa Diretiva foi composta pela prefeita Michele Bianchini; secretário de Governo e Gestão, João Vitor Pontes; presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Macuco (CMDCA), Tatiane Boumervet; e pela agora ex-secretária de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, Madalena Bard. Vale ressaltar que a gestão do novo Conselho Tutelar de Macuco abrangerá o período entre os anos de 2024 a 2028.

Michele Bianchini conduziu o Ato de Posse como prefeita, rendendo um agradecimento especial e comovente direcionado à ex-secretária Madalena Bard, destacando sua excelente atuação frente ao cargo e exaltando o empenho dela e de sua equipe, cujas ações ampliaram a qualidade dos serviços prestados. Ao dar boas-vindas à nova montagem do conselho, a prefeita incentivou os conselheiros a desempenharem seus papéis como verdadeiros protetores das crianças e adolescentes de Macuco e a se dedicarem integralmente para dar ainda mais segurança às famílias locais.

Ainda durante a solenidade, os novos conselheiros – Sandy Zaniboni Gaspar Ferreira, Cristina Miranda Campos Silva, Maicon Pires Fernandes, Débora Nestor Estanislau e Júlia Tavares Daflon – realizaram o juramento, acompanhados pela prefeita. Tatiane Boumervet, presidente do CMDCA, detalhou resumidamente as atribuições do cargo, enfatizando o estrito cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) pelos conselheiros e orientando as pessoas sobre quando e como acionar o Conselho Tutelar de Macuco.

Madalena Bard, agora conselheira tutelar em Cantagalo, despediu-se do cargo de secretária de Desenvolvimento Social expressando gratidão à prefeita Michelle Bianchini pela confiança e pelo acolhimento caloroso dos macuquenses. O evento contou com a presença de autoridades como os secretários Wildimar Faria (Gabinete e Comunicação), Ana Paula Gonçalves (Saúde), Margareth Anselmo (Trabalho) e Débora Torres (Controle Interno); vereador Adenilson Pereira 'Mimi'; e lideranças eclesiásticas, refletindo o engajamento da comunidade na promoção do bem-estar infantojuvenil.

Educação sustentável no aprendizado da Guarda Mirim

Curso Preparatório investe em conscientização sobre questões ambientais

"Avanços excepcionais quanto ao aprendizado desses estudantes". Com essas palavras, o Capitão Jocélio Bezerra, secretário de Segurança Pública de Macuco, definiu as atividades propostas no Curso Preparatório da Guarda Mirim Municipal, que a cada dia ganha novas lições, que segundo ele certamente serão muito bem aproveitadas pela garotada ao longo da vida, além de ampliar também os conhecimentos para melhorar a qualidade de vida no seio familiar.

O programa, que visa preparar os estudantes para uma atuação segura no exercício das funções administrativas para auxiliar a Gestão Municipal em seu dia a dia, também promete um futuro promissor para esses jovens diante da diversificação dos temas apresentados, já que o curso tem se destacado pela abordagem abrangente e pelas lições valiosas que são incorporadas ao cotidiano dos participantes.

A quarta-feira, dia 23, foi de orientação profissional sobre questões ambientais. Para isso, nada melhor que uma palestra ministrada pelo secretário de Meio Ambiente de Macuco, ambientalista Firmo Daflon, que juntamente com sua equipe desenvolveu, no Auditório do Rural Park, uma palestra sobre temas atuais. Ele iniciou o bate-papo falando das atividades desenvolvidas pela pasta, como aterro sanitário, horto municipal, educação ambiental, fiscalização, reflorestamento e arborização.

Na sequência a bióloga Leila Brito ofereceu informações sobre os materiais que podem ser reaproveitados, explanando sobre a responsabilidade ambiental de cada um, inclusive enfatizando a importância da reciclagem e o consequente reaproveitamento dos mais variados produtos com potencial para serem reciclados, como óleo vegetal, garrafas pet e tampinhas, entre outros materiais. Também estiveram presentes o diretor de Fiscalização Urbana, André Jardim, e o diretor de Trânsito, João Luiz Gonçalves.

"Faz parte de nossa missão preparar os jovens para que defendam e promovam a conscientização ambiental. Capacitando os estudantes, adotamos práticas sustentáveis e isso pode fazer toda a diferença num futuro não muito distante", comentou o palestrante Firmo Daflon, recebendo o aval do secretário de Segurança. "O Curso Preparatório da Guarda Mirim tem sido um modelo de aprendizado integral e, nesse caso, contribui para a formação de cidadãos conscientes e comprometidos com o meio ambiente", complementou o Capitão Bezerra.

TEXTO/LEGENDAS: RICARDO VIEIRA
FOTOS: DIVULGAÇÃO

Página 1 de 2

BALANÇO FINANCEIRO

Município: Bom Jardim
Estado do Rio de Janeiro
Período: 01/12/2023 até 31/12/2023
Unidade Gestora: 0001 - CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM

INGRESSOS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)		**0,00**	**0,00**
Ordinária		**0,00**	**0,00**
Vinculada		**0,00**	**0,00**
Recursos Destinados à Educação		0,00	0,00
Recursos Destinados à Saúde		0,00	0,00
Recursos Destinados à Previdência Social - RPPS		0,00	0,00
Recursos Destinados à Previdência Geral - RGPS		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Assistência Social		0,00	0,00
Outras Destinações de Recursos		0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)		**412.912,17**	**0,00**
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		412.912,17	0,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferencias Recebidas para Aportes de Recursos para o RPPS		0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)		**299.642,57**	**0,00**
Despesa a Liquidar		189.884,69	0,00
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00
Despesa a Pagar		0,00	0,00
Inscrição de Restos a Pagar Processados		0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		107.770,67	0,00
Outros Recebimentos Extraorçamentários		1.987,21	0,00
Saldo do Período Anterior		**628.948,35**	**541,92**
Caixa e Equivalentes de Caixa		628.948,35	541,92
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		**1.341.503,09**	**541,92**

Município: Bom Jardim
Estado do Rio de Janeiro
Período: 01/12/2023 até 31/12/2023
Unidade Gestora: 0001 - CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM

DISPÊNDIOS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Despesa Orçamentária (VI)		**637.864,30**	**0,00**
Ordinária		**637.864,30**	**0,00**
Vinculada		**0,00**	**0,00**
Recursos Destinados à Educação		0,00	0,00
Recursos Destinados à Saúde		0,00	0,00
Recursos Destinados à Previdência Social - RPPS		0,00	0,00
Recursos Destinados à Previdência Geral - RGPS		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Assistência Social		0,00	0,00
Outras Destinações de Recursos		0,00	0,00
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		**177.080,21**	**0,00**
Transferências Concedidas para a Execução Orcamentaria		177.080,21	0,00
Transferências Concedidas - Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferencias Concedidas para Aportes de Recursos para o RPPS		0,00	0,00
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		**325.148,51**	**0,00**
Despesa Anterior Paga		68.158,09	0,00
Pagamento de Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00
Pagamento de Restos a Pagar Processados		0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		256.990,42	0,00
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Saldo do Período Atual		**201.410,07**	**541,92**
Caixa e Equivalentes de Caixa		201.410,07	541,92
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		**1.341.503,09**	**541,92**

Diego Pinheiro de Oliveira
Diretor de Controle Interno
Mat : 12/0146-gpc

LEILMA DE OLIVEIRA SILVA
Responsavel pela Contabilidade
Mat.: 12/0144-GPC

Anderson de Aguiar Cardoso
Tesoureiro
Mat:12/0142-GPC

CARLOS GASTÃO PINTO CARRILHO
PRESIDENTE

FONTE: GOVBR - Execução Orçamentária e Contabilidade Pública, 19/Jan/2024, 10h e 03m.

Sebrae divulga manual para orientar empreendedores em situações de emergência e estado de calamidade pública

As fortes chuvas que atingiram cidades brasileiras nos últimos dias também impactam os pequenos negócios. Para ajudar micro e pequenas empresas que necessitam de apoio do poder público em regiões atingidas por eventos climáticos, o Sebrae disponibiliza o Manual de Boas Práticas para Situações de Emergência e Estado de Calamidade Pública.

Um levantamento feito pelo Sebrae Rio, com dados do Data Sebrae, mostra que as cidades de Belford Roxo, Nova Iguaçu, São João de Meriti e a capital do Rio de Janeiro, fortemente atingidas pelos temporais no mês de janeiro, possuem 563.534 microempreendedores individuais, 59.978 empresas de pequeno porte e 249.844 microempresas. Apesar do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional reconhecer a situação de emergência nessas regiões, muitos empresários precisam de orientação para retomar os negócios.

As principais atividades formalizadas nos quatro municípios citados acima são: cabeleireiros, manicure, pedicure, comércio varejista de roupas e acessórios, lanchonetes e casas de chás. Para que esses empresários possam retomar as atividades econômicas é necessário ter orientação correta, uma vez que é possível que alguns deles tenham perdido suas ferramentas de trabalho.

Para o gerente de Políticas Públicas do Sebrae Rio, Tito Ryff, “em eventos dessa magnitude, que causam grandes impactos sociais e econômicos, além da tragédia maior que é a perda de vidas, as autoridades públicas devem mobilizar não só os serviços da defesa civil, da saúde, da assistência social e da habitação, mas, também, as equipes da fazenda e da fiscalização do código de posturas municipais para que estejam atentas a essas possibilidades de incentivar o mais rapidamente possível a retomada dos negócios prejudicados pelas fortes chuvas”.

O manual traz embasamento para que tributos como ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços de Transportes e Comunicação) e IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores) possam ter seus vencimentos postergados. Além disso, trata de questões relacionadas ao Simples Nacional, quitação e obtenção de empréstimos bancários. Também é possível alterar o calendário de pagamento do IPTU e Taxa de Coleta de Lixo Doméstico referentes ao exercício da tragédia, além do vencimento do ISSQN (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza).

Segundo Ryff, a pronta recuperação econômica é importante para a manutenção do nível do emprego e da renda, o que contribuirá para a mitigação dos danos causados pelo desastre climático. “É bom lembrar que, associado a cada CNPJ, há sempre um, ou mais, CPFs”, disse ele.

Material Escolar: Procon-RJ divulga pesquisa de preços de mais de 150 produtos e encontra variações superiores a 600%

Nesta quarta-feira (10/01), o Procon Estadual do Rio de Janeiro, divulgou pesquisa de preços de 157 itens escolares mais procurados neste período. Entre os produtos apurados, há canetas, borrachas, lápis, corretivos, entre outros. Em 10 sites pesquisados, variações de mais de 600% entre produtos da mesma marca foram identificadas. Além disso, a autarquia lançou uma cartilha de volta às aulas com importantes orientações.

Em análise à pesquisa, os agentes encontraram variações consideráveis no valor do mesmo produto entre os sites, como uma borracha branca, que variou 639,13% e uma borracha plástica com cinta que, em um determinado site, custava R$ 1,38 e em outro R$ 9,90. Já a menor variação é de uma tesoura, que oscilou 3,16%, enquanto a segunda menor variação, se deu no caderno de caligrafia de 48 folhas, que variou 3,41%.

O monitoramento também apurou a média de preços dos produtos e constatou que as maiores foram verificadas nos valores de um compasso de precisão e também de uma agenda. Já as menores médias foram encontradas em borrachas.

Esse levantamento de valores já é uma tradição no Pocon RJ e ajuda o consumidor a economizar, pois comprovamos que, se houver pesquisa, é possível encontrar o mesmo produto, da mesma marca, em estabelecimentos diferentes, com grandes variações de preços - afirma Cássio Coelho, presidente da autarquia.

Observando as principais dúvidas que os pais e responsáveis têm nessa época do ano, o Procon Estadual divulgou cartilha com orientações sobre lista de material escolar, matrícula, rematrícula, reajuste, entre outros temas.